

Bruxelas, 4 de outubro de 2024
(OR. en)

14191/24

ACP 104
PTOM 16
GROENLAND 2
FIN 866
RELEX 1222

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	4 de outubro de 2024
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2024) 437 final
Assunto:	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO sobre a execução da assistência financeira prestada aos Países e Territórios Ultramarinos ao abrigo da Decisão relativa à Associação Ultramarina, incluindo a Gronelândia, e ao abrigo do 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento em 2023

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2024) 437 final.

Anexo: COM(2024) 437 final



COMISSÃO
EUROPEIA

Bruxelas, 4.10.2024
COM(2024) 437 final

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO

sobre a execução da assistência financeira prestada aos Países e Territórios Ultramarinos ao abrigo da Decisão relativa à Associação Ultramarina, incluindo a Gronelândia, e ao abrigo do 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento em 2023

- A **parte I** do presente relatório destaca os progressos realizados em 2023, no âmbito da anterior Decisão de Associação Ultramarina (DAU) e do 11.º FED.
- A **parte II** apresenta os progressos realizados na aplicação da Decisão relativa à Associação Ultramarina, incluindo a Granelândia (DAUG), em conformidade com o artigo 86.º.
- A **parte III** destaca os progressos realizados em 2023, no âmbito do diálogo UE-PTU.
- A **parte IV** apresenta uma panorâmica das próximas etapas para 2024 e anos seguintes.
- O **anexo** inclui dados sobre a assistência financeira prestada aos PTU em 2023.

I. COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO 11.º FED para os PTU em 2023

Recursos financeiros no âmbito do 11.º FED para os PTU (anterior Decisão DAU)

Os recursos do 11.º FED disponíveis para os PTU no período 2014-2020 foram afetados da seguinte forma, em conformidade com o anexo 2 da anterior Decisão de Associação Ultramarina:

- 229,5 milhões de EUR para a cooperação territorial (bilateral);
- 100 milhões de EUR para a cooperação regional e «todos os PTU»;
- 21,5 milhões de EUR para financiar a ajuda humanitária e a ajuda de emergência;
- 5 milhões de EUR para financiar bonificações de juros e assistência técnica através da Facilidade de Investimento para os PTU;
- 8,5 milhões de EUR para estudos e assistência técnica.

No âmbito do 11.º FED, 16 PTU eram elegíveis para uma dotação territorial. Além dos três programas regionais, um programa temático único destinado a «todos os PTU» (Green Overseas, em curso) fomentará a cooperação regional entre os próprios PTU.

Os antigos PTU do Reino Unido continuaram a ser elegíveis e a beneficiar de fundos do FED até ao encerramento de todos os programas em curso.

Situação em 2023

a) Cooperação territorial

Em 2023, prosseguiu a execução das dotações dos programas territoriais de Aruba e Bonaire. No entanto, a cooperação com São Martinho e Curaçau ainda se encontrava na sua fase inicial.

• Região das Caraíbas

Aruba prosseguiu a execução do seu programa no domínio do ensino superior (12,29 milhões de EUR desembolsados até ao final de 2023) com a implementação do programa curricular universitário de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM) e a conclusão dos trabalhos de infraestrutura para a criação física da nova faculdade e dos laboratórios, que serão inaugurados em 2024.

Em **Bonaire**, o programa de apoio orçamental à juventude avançou (2,21 milhões de EUR desembolsados até 2023) e deverá terminar em 2024.

Em 2023, **São Martinho (Sint Maarten)** prosseguiu os trabalhos sobre os processos de concurso para a execução de uma ação no setor da água e do saneamento, realizada com o apoio da assistência técnica, a fim de desenvolver a cooperação transfronteiriça com o seu vizinho São Martinho (Saint-Martin, uma região ultraperiférica da UE). Beneficiou igualmente do reforço da resiliência e da resposta a catástrofes no âmbito da dotação de emergência do 11.º FED (4,87 milhões de EUR desembolsados até 2023), para a construção de um abrigo de emergência.

Em **Curaçau**, o programa de reforço da resiliência da ilha foi também objeto de novos trabalhos preparatórios sobre o processo de concurso, na sequência da conclusão da convenção de financiamento no final de 2021. O contrato deverá ser assinado em 2024.

b) Cooperação regional

• Pacífico

No Pacífico, o programa de cooperação regional PROTEGE (Projeto Regional dos Territórios do Pacífico para a Gestão Sustentável dos Ecossistemas, com uma dotação de 36 milhões de EUR) centra-se na luta contra as alterações climáticas e a degradação dos ecossistemas. No âmbito do PROTEGE, os resultados específicos deste programa têm objetivos bastante práticos, nomeadamente a partilha das melhores práticas no domínio da agricultura e das pescas entre os PTU do Pacífico. A convenção de financiamento foi prorrogada até outubro de 2024, a fim de proporcionar mais tempo para a execução das atividades.

• Caraíbas

Nas Caraíbas, o programa «RESEMBID» (Resiliência, Energia Sustentável e Biodiversidade Marinha, com uma dotação de 42,67 milhões de EUR, dos quais 2,67 milhões de EUR a partir da dotação B para apoio no contexto da COVID-19) centra-se no reforço da resiliência, na energia sustentável e na biodiversidade marinha. As ações territoriais a nível local apoiam políticas públicas sustentáveis nos domínios prioritários a nível de cada território, enquanto as ações regionais amplificam o impacto global da intervenção através da partilha de experiências e conhecimentos, bem como da partilha de conhecimentos e da aprendizagem interpares em todos os territórios. Em 2023, a execução prosseguiu a um ritmo acelerado, com 47 projetos de subvenção que abrangem todos os territórios beneficiários (40 projetos estão atualmente em fase de execução e sete projetos foram concluídos). O programa também alcançou resultados significativos no domínio da resiliência e da preparação para o risco de catástrofes, nomeadamente com os relatórios de diagnóstico sobre a preparação para situações de emergência e a resposta a catástrofes em todos os PTU e com o reforço da parceria com o Mecanismo de Seguro contra os Riscos de Catástrofes nas Caraíbas (CCRIF). Todas as atividades relativas à preparação para o risco de catástrofes foram concluídas. Até à data foram desembolsados 23,33 milhões de EUR.

• Oceano Índico

Apesar de importantes restrições logísticas e de um arranque difícil devido ao contexto da COVID-19, o projeto RECI (Restauração dos Ecossistemas das Ilhas no Oceano Índico, com uma dotação de 4 milhões de EUR) ao abrigo do 11.º FED continuou em velocidade de cruzeiro ao longo de 2023. Uma parte significativa dos fundos foi autorizada em 2023, no âmbito da preparação e execução da operação de erradicação de pragas levada a cabo na ilha de Amesterdão (desratização). Importa salientar uma série de atividades de comunicação: planos de comunicação para as operações das ilhas de Tromelin e de Amesterdão, a publicação de artigos e a produção de uma brochura RECI, de um carimbo RECI e de vários

vídeos. Em julho de 2022, já tinha sido assinada uma alteração à convenção de financiamento para prorrogar o período de execução por 20 meses (até janeiro de 2025), a fim de permitir a conclusão de todas as atividades previstas.

- **Programa temático Green Overseas (GO) para todos os PTU**

Este programa, dotado de um orçamento de 17,8 milhões de EUR financiado pelo 11.º FED, abrange tanto os PTU da UE como os antigos territórios britânicos ultramarinos e centra-se na promoção da energia sustentável e no reforço da resiliência às alterações climáticas. Em 2023, foi lançado um mecanismo orientado pela procura no âmbito do programa («GO Facility»), na sequência do qual foram selecionados 33 projetos individuais para vários estudos ou assistência técnica em ações diretamente relacionadas com as alterações climáticas e foram desenvolvidos um sítio Web e uma plataforma Web. O programa organizou igualmente um evento paralelo na COP 28, no Dubai, intitulado «*The Role of the Multidimensional Vulnerability Index (MVI) in Leveraging Finance for Resilience Building*» («o papel do Índice de Vulnerabilidade Multidimensional na mobilização de financiamento para o reforço da resiliência»). Esta atividade fez surgir também a necessidade de organizar um fórum finança-clima para os PTU, que terá lugar em outubro de 2024, em Bruxelas.

c) Assistência técnica e apoio institucional

Em 2022, foi criada a Associação de Jovens dos Países e Territórios Ultramarinos (Associação de Jovens dos PTU), financiada ao abrigo da Facilidade de Cooperação Técnica do 11.º FED num montante de 560 000 EUR. O período de execução é de três anos.

Para o efeito, foi selecionado um primeiro grupo de 25 jovens (com idades compreendidas entre os 20 e os 28 anos) de 10 PTU diferentes para iniciarem um percurso de aprendizagem de um ano, com o objetivo de aprofundarem os conhecimentos sobre a parceria UE-PTU e o funcionamento das instituições europeias, trabalhando simultaneamente em rede com jovens de outros PTU que partilham as mesmas ideias.

Em 2023, esse primeiro grupo terminou com êxito o seu mandato e foi selecionado um novo grupo de 25 jovens oriundos de **todos os 13 PTU associados à UE**. No âmbito do seu mandato de um ano, os membros da Associação de Jovens dos PTU tiveram a oportunidade de realizar uma visita de estudo de uma semana a Bruxelas, em outubro de 2023, assistir a vários webinários e reuniões em linha, participar em eventos relacionados com os PTU e/ou com a juventude sobre temas de interesse e trabalhar conjuntamente num contributo para o Fórum PTU-UE (realizado em Bruxelas, em fevereiro de 2024).

d) Banco Europeu de Investimento (BEI)

A Facilidade de Investimento para os PTU (dotação de 48,5 milhões de EUR), gerida pelo BEI ao abrigo da anterior Decisão DAU de 2013, financiou bonificações de juros e a prestação de assistência técnica (5 milhões de EUR), tendo o BEI complementado o financiamento deste mecanismo através de recursos próprios (até 100 milhões de EUR). O mecanismo deixou de existir ao abrigo da nova DAUG e as operações foram concluídas em 2020 e 2021.

Nos termos do acordo de transferência entre a Comissão, o Reino Unido e o BEI, assinado em fevereiro de 2023, os reembolsos líquidos da Facilidade de Investimento para os PTU serão adicionados como complementos anuais ao fundo não afetado ao abrigo da DAUG. Até 2027,

estão previstos reembolsos que ascendem a cerca de 35 milhões de EUR, dos quais 13,6 milhões de EUR foram recebidos até ao final de 2023.

Nesta nova fase, os PTU são elegíveis para propor projetos no âmbito do novo instrumento InvestEU, em condições de concorrência efetiva, uma vez que já não existe uma dotação específica para os PTU. Sempre que possível, o apoio é concedido. Por exemplo, com o apoio da Comissão, o BEI realizou uma missão na Polinésia Francesa e na Nova Caledónia em 2023, a fim de promover a participação dos PTU do Pacífico.

II. COOPERAÇÃO AO ABRIGO DA NOVA DECISÃO PTU EM 2023

Recursos financeiros ao abrigo da DAUG

Os 500 milhões de EUR disponíveis para os PTU para o período 2021-2027 são divididos nas seguintes dotações, com base no anexo 1 da decisão:

- 164 milhões de EUR para as dotações territoriais (bilaterais) para os PTU que não a Gronelândia;
- 225 milhões de EUR para as dotações territoriais (bilaterais) para a Gronelândia;
- 76 milhões de EUR para a cooperação regional, dos quais 15 milhões de EUR para a cooperação intrarregional dos PTU com os seus vizinhos não PTU;
- 22 milhões de EUR para a realização de estudos e prestação de assistência técnica;
- 13 milhões de EUR num fundo não afetado para fazer face a circunstâncias imprevistas, desafios emergentes e novas iniciativas e prioridades internacionais.

Os reembolsos da Facilidade de Investimento para os PTU, gerida pelo BEI e atualmente extinta, serão adicionados, à medida que forem chegando, à reserva não afetada.

Doze (dos 13) PTU são elegíveis para uma dotação bilateral ao abrigo da DAUG, definida de acordo com os critérios estabelecidos na decisão. As Terras Austrais e Antárticas Francesas (TAAF), que são o único PTU desabitado, são consideradas uma região para efeitos de elegibilidade para financiamento, nos termos do artigo 84.º, n.º 1, da DAUG, beneficiando assim de um programa regional específico em vez de uma dotação bilateral.

Três programas regionais para as Caraíbas, o Pacífico e o Índico, respetivamente, visam promover a cooperação entre os PTU da mesma região com prioridades e desafios idênticos. As ações financiadas pela dotação regional apoiam a elaboração e a execução de programas e projetos regionais abrangentes para fazer face a esses desafios. Uma das principais novidades da DAUG é a **dotação intrarregional**, que reserva fundos para incentivar a cooperação entre os PTU e os países vizinhos de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e/ou outros países terceiros, bem como as regiões ultraperiféricas da UE.

Situação em 2023

a) Cooperação territorial

Em 2023, terminou a programação das dotações territoriais para os PTU. Atualmente, estão em vigor **todos os programas indicativos plurianuais (PIP) territoriais**, após a adoção, em 2023, do último PIP para as ilhas Wallis e Futuna, que promove o desenvolvimento socioeconómico com ênfase no turismo sustentável (20,4 milhões de EUR).

A **execução** das dotações de cooperação para 2021-2027 ganhou uma nova dinâmica em 2023, com a aprovação de três planos de ação plurianuais [digitalização através do roteiro para a administração pública em linha para Aruba (14,2 milhões de EUR), educação para a Gronelândia para os anos de 2024 e 2025 (71,25 milhões de EUR) e medidas de apoio para 2023 e 2024 (3,4 milhões de EUR) e a aprovação de dois planos de ação anuais (água e saneamento para Bonaire (4,6 milhões de EUR) e crescimento verde para a Gronelândia (22,5 milhões de EUR)] antes do final do ano. Os domínios prioritários destas ações estão em plena consonância com as prioridades do Pacto Ecológico, bem como com a agenda para a era digital e a agenda para o crescimento e o emprego. Com a adoção destas ações, as autorizações combinadas para 2021-2023 atingiram 42 % da dotação total da DAUG de 500 milhões de EUR. Importa referir que os temas relacionados com o Pacto Ecológico estão refletidos em 14 dos 16 PIP adotados, o que significa que cerca de 47 % dos recursos totais da DAUG serão mobilizados para a cooperação no âmbito do Pacto Ecológico (por exemplo, em matéria de energia renovável, biodiversidade, redução do risco de catástrofes, agricultura sustentável, gestão das águas residuais e crescimento verde).

Relativamente aos PTU das Caraíbas, foram assinadas três convenções de financiamento em 2023: com Saba, no domínio da energia sustentável e renovável (4,1 milhões de EUR), com Santo Eustáquio, no domínio da energia sustentável (2,9 milhões de EUR) e com São Bartolomeu, no domínio da gestão dos riscos de catástrofe (2,5 milhões de EUR). Em 2023, foram efetuados os primeiros desembolsos no âmbito das convenções com Saba e São Bartolomeu, respetivamente, 2,5 milhões de EUR e 0,25 milhões de EUR.

No que diz respeito aos PTU do Pacífico, foram assinadas duas convenções de financiamento em 2023: com a Polinésia Francesa, no domínio da gestão sustentável da água (31,1 milhões de EUR), e com a Nova Caledónia, no domínio da transição energética (30,9 milhões de EUR). Em 2023, foi transferido um primeiro desembolso de 6 milhões de EUR para a Polinésia Francesa.

Em **São Pedro e Miquelão**, a execução do programa de apoio orçamental ao turismo sustentável está a progredir em velocidade de cruzeiro. Em 2023, foram adotadas medidas significativas a favor do desenvolvimento sustentável, como a programação energética plurianual, a promoção do turismo sustentável e o apoio às energias renováveis. Em termos de diversificação económica, foram implementadas iniciativas como as iniciativas de dados abertos, o lançamento de uma plataforma de financiamento colaborativo e uma estratégia de atratividade para o empreendedorismo. Além disso, foram envidados esforços para promover a inclusão, através de programas de apoio, de formação e de iniciativas para melhorar a empregabilidade dos jovens e das pessoas com deficiência. Mais concretamente, o apoio orçamental da UE permitiu a formação de 421 jovens (de um total de 807 entre os 5 974 habitantes). Em 2023, foi transferido um primeiro desembolso de 7 milhões de EUR.

Na **Gronelândia**, terminou o apoio orçamental à educação, adotado em 2021, com o desembolso de um último pagamento no valor total de 27,8 milhões de EUR, dos quais 5,3 milhões de EUR para a parcela variável. Entre outros aspetos, este programa permitiu progressos na utilização de soluções informáticas para colmatar a falta de professores, na melhoria da coordenação setorial e na promoção de competências inovadoras.

O novo programa educativo para 2023-2024 centra-se na requalificação e na melhoria das competências, na melhoria dos currículos para o ensino profissional e no bem-estar dos estudantes, com base na nova estratégia da Gronelândia para a educação. A implementação do programa teve início no primeiro semestre de 2024.

Em 2023, foi adotada uma ação no âmbito do novo domínio prioritário do crescimento verde. Esta ação, com uma dotação de 22,5 milhões de EUR, promoverá a cooperação no domínio da

energia sustentável, das matérias-primas, do ambiente e da investigação. Em consonância com a estratégia Global Gateway da UE, espera-se que crie uma posição mais forte para a UE na Gronelândia, a fim de impulsionar a transição ecológica, por exemplo, no domínio fundamental das matérias-primas críticas (MPC) - nos termos do memorando de entendimento sobre cadeias de valor de matérias-primas sustentáveis, assinado em novembro de 2023.

Em 2023, prosseguiram os preparativos para a abertura do Gabinete da Comissão Europeia em Nuuk, que foi oficialmente inaugurado em 15 de março de 2024. Este gabinete facilitará a gestão do substancial apoio da UE à Gronelândia (225 milhões de EUR ao abrigo da DAUG) e contribuirá para aprofundar a nossa parceria, nomeadamente através do diálogo político, em cooperação com o enviado especial da UE para as questões do Ártico. Além disso, o gabinete prestará informações e promoverá o investimento público e privado da UE na Gronelândia, em cooperação com os serviços competentes da Comissão e outros parceiros, incluindo o Banco Europeu de Investimento, tendo em conta os instrumentos financeiros da UE aplicáveis e apoiando a execução das prioridades da estratégia Global Gateway.

b) Cooperação regional

Todos os PIP regionais estão igualmente em vigor, após a adoção do último PIP intrarregional em 2023⁷. O PIP regional das Caraíbas, centrado na gestão sustentável dos recursos naturais, já tinha sido adotado em 2022, tendo sido criada em 2023 uma missão de formulação para conceber a respetiva ação. Os trabalhos de preparação da ação de execução do PIP regional para as Terras Austrais e Antárticas Francesas (TAAF) prosseguiram em 2023, tendo em vista a sua adoção em 2024. Este PIP centrar-se-á na preservação da biodiversidade e das funções ecológicas dos ambientes marinhos das TAAF e do Oceano Índico Sudoeste. Em 2023, prosseguiu igualmente a formulação das ações do PIP regional para o Pacífico.

Além disso, a fim de reforçar a integração regional dos PTU nas respetivas regiões e enfrentar desafios globais como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a insegurança alimentar, bem como de prosseguir o desenvolvimento sustentável com uma conectividade reforçada, a DAUG reserva recursos específicos para a cooperação intrarregional. Para o efeito, está prevista uma dotação de 15 milhões de EUR, tendo o PIP correspondente sido adotado em novembro de 2023. Os intercâmbios com os PTU de cada região sobre a programação destes recursos tiveram início no último trimestre do ano.

c) Assistência técnica e apoio institucional

Em 2023, prosseguiu a mobilização da assistência técnica, em especial para apoiar as autoridades dos PTU no processo de formulação de novas ações para Bonaire, Aruba, TAAF, Wallis e Futuna, Gronelândia e do programa regional para as Caraíbas. O apoio abrangeu igualmente a fase inicial da organização do Fórum anual PTU-UE em Bruxelas, em fevereiro de 2024, para o qual foi celebrado um contrato com um prestador de serviços em novembro de 2023. Também foi selecionada uma agência especializada para promover a parceria entre os PTU e a UE através de uma campanha de comunicação. Em 2023, foi desembolsado um montante total de 0,9 milhões de EUR ao abrigo das Facilidades de Cooperação Técnica (FCT).

Além disso, em 2023, a UE apoiou a Associação dos Países e Territórios Ultramarinos (APTU) através da prestação de assistência técnica para a organização do diálogo institucional com a UE e da Conferência Ministerial da APTU, realizada à margem do Fórum PTU-UE em fevereiro de 2024, em Bruxelas. Tal como descrito a seguir, as graves

⁷ Os PIP para a região do Pacífico (sistemas alimentares verdes e azuis) e para as TAAF (biodiversidade) foram adotados em 2021.

deficiências administrativas e institucionais no âmbito da APTU continuaram a dificultar um diálogo mais eficaz e fluido entre os PTU e a UE ao longo do ano.

Associação dos Países e Territórios Ultramarinos (APTU)

A Comissão tem vindo, desde há muito, a apoiar firmemente a Associação dos Países e Territórios Ultramarinos (APTU), reconhecendo a importância do seu papel na execução da parceria UE-PTU. A partir de 2018, em vez do anterior apoio de assistência técnica, a Comissão começou a financiar os custos de funcionamento do Secretariado da APTU através de contratos de subvenção, tal como solicitado pela Associação.

A APTU tem sede em Bruxelas e foi constituída sob a forma jurídica de uma entidade privada nos termos do direito belga (uma organização sem fins lucrativos). Desde 2020, tem enfrentado crescentes dificuldades administrativas internas que culminaram no congelamento da sua conta bancária em 2022, a qual só foi formalmente desbloqueada em maio de 2023. Consequentemente, o Secretariado da APTU esteve paralisado durante grande parte de 2022 e 2023 e não foram reunidas as condições para a assinatura de uma nova subvenção em 2023.

Em 2023, a Comissão realizou uma auditoria aos contratos de subvenção de 2020 e 2021 e transmitiu as conclusões preliminares à APTU. Relativamente a 2022, foi apresentado à Comissão um extenso relatório de verificação das despesas. Estão em curso consultas sobre este assunto entre a Comissão e a APTU.

A Comissão incentivou a APTU a tomar as medidas necessárias para reforçar os seus sistemas de controlo interno, a sua capacidade administrativa e as suas práticas de governação. Neste contexto, a APTU realizou uma consulta dos seus membros em 2023 e preparou uma atualização criteriosa da sua Estratégia 2021-2027, centrada nos aspetos institucionais e administrativos.

III. DIÁLOGO INSTITUCIONAL EM 2023

A DAUG prevê três instâncias de diálogo (artigo 14.º):

Fórum PTU-UE

O Fórum anual é a instância política mais elevada do diálogo UE-PTU. A edição de 2023 estava inicialmente prevista para o último trimestre de 2023, mas foi adiada para fevereiro de 2024, tendo a Gronelândia ocupado a presidência rotativa da APTU.

Consultas trilaterais/reuniões tripartidas

Em 2023 foram realizadas em Bruxelas três reuniões tripartidas entre a Comissão (presidência), os representantes dos PTU e os Estados-Membros aos quais os PTU estão ligados (em março, junho e outubro, todas em formato híbrido). Estas reuniões proporcionaram uma plataforma de diálogo estratégico para o intercâmbio de informações relevantes, bem como para refletir sobre temas prioritários de interesse comum e acompanhar os progressos realizados na aplicação da DAUG. Além disso, permitiram trabalhar coletivamente em ideias sobre a forma de definir o papel dos PTU na estratégia Global Gateway e de aprofundar o diálogo e o trabalho em matéria de investimentos. Outros temas debatidos incluíram a situação institucional da APTU, o estado de preparação e as opções a seguir no que respeita à execução da dotação para a cooperação intrarregional ao abrigo da DAUG, a preparação de uma campanha de comunicação para todos os PTU e a apresentação da iniciativa-piloto dos PTU e das regiões ultraperiféricas no domínio da cultura (Archipel). Por último, a reunião tripartida de outubro permitiu identificar prioridades comuns para o Fórum PTU-UE de 2024, que teve lugar em Bruxelas, em fevereiro de 2024, bem como trocar

pontos de vista sobre a formação prevista para os PTU no que respeita ao reforço da sua participação nos programas horizontais da UE e informar os Estados-Membros e os territórios sobre as atividades em curso no âmbito do projeto da Associação de Jovens dos PTU.

Grupos de trabalho *ad hoc* da parceria (PWP)

Estes grupos podem ser convocados a pedido de qualquer membro da parceria, não tendo sido organizadas reuniões em 2023.

O diálogo institucional mantido em 2023 foi marcado pela ausência de intervenção e de coordenação do Secretariado da APTU devido às suas dificuldades administrativas.

IV. PERSPETIVAS FUTURAS

A programação das dotações da DAUG está concluída, com exceção do fundo não afetado ao abrigo do anexo I da DAUG (ver *infra*).

Em 2024, estão previstas duas novas ações de execução: i) a ação regional das Caraíbas sobre segurança alimentar, água e biodiversidade (21 milhões de EUR) e ii) o desenvolvimento socioeconómico para Wallis e Futuna (20,4 milhões de EUR). A formulação da ação regional do Pacífico sobre sistemas alimentares sustentáveis (36 milhões de EUR) será finalizada em 2024, para adoção formal no início de 2025.

Simultaneamente, a execução das atividades em curso ao abrigo da anterior DAU (11.º FED), em especial o programa temático Green Overseas e o programa regional RESEMBID, prosseguirá até ao seu encerramento.

Outra prioridade para 2024 é a continuação dos trabalhos de preparação de ações no âmbito do PIP intrarregional. Será igualmente considerada a utilização do fundo não afetado da DAUG, em consonância com as prioridades da estratégia Global Gateway e, eventualmente, em combinação com dotações regionais/intrarregionais.

Para 2024 e anos seguintes, será importante tirar maior partido estratégico das excelentes relações entre os PTU e a UE e continuar a reforçar o papel dos PTU nas estratégias regionais pertinentes da UE, nomeadamente para o Ártico, o Indo-Pacífico e a América Latina, bem como no Acordo de Samoa. Embora os programas de cooperação territorial/bilateral estejam em consonância com a estratégia Global Gateway, outra prioridade da ação da UE consistirá na promoção de parcerias regionais mais estreitas e mutuamente vantajosas entre os PTU e os seus países e territórios vizinhos, incluindo os Estados ACP e não ACP e as regiões ultraperiféricas. Enquanto prioridade horizontal, a participação contínua dos jovens será também um elemento fundamental da nossa parceria.

Em 2023, foi lançada uma campanha de comunicação destinada a sensibilizar o público e a criar uma perceção positiva da parceria PTU-UE. Esta campanha será complementada por atividades de formação específicas para reforçar as capacidades dos PTU com vista a uma maior participação nos programas horizontais da UE.

A Comissão continuará a colaborar com a APTU, em especial através de consultas trilaterais, no que respeita ao seguimento das auditorias e verificações de despesas das subvenções de 2020, 2021 e 2022. Ao mesmo tempo, serão criados programas específicos de assistência técnica para apoiar a APTU nos seus esforços de reforma e atividades estatutárias.

O próximo Fórum PTU-UE, previsto para Aruba em 2025, constituirá uma oportunidade para fazer o balanço da execução da cooperação financeira no âmbito da DAUG, debater temas de interesse comum e formular orientações estratégicas para a parceria UE-PTU.